EDITAL N.º 288/2023	**PREGÃO ELETRÔNICO**
OBJETO	**AQUISIÇÃO DE MOBÍLIA, ELETRODOMÉSTICO E MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA REAPARELHAMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)**
TIPO DE LICITAÇÃO	**MENOR PREÇO**
DATA	**08 DE DEZEMBRO DE 2023**
HORÁRIO	**11H**
LOCAL	**WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR**
MODO DE DISPUTA	**ABERTO**
PROCESSO	**743/2023**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TRIUNFO**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no endereço, data e horario definidos acima, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 10h e 59min, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a **AQUISIÇÃO DE MOBÍLIA, ELETRODOMÉSTICO E MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA REAPARELHAMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)**, conforme Termo de Referência (Anexo I).

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

3.2.2 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/ 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens 9.1 e 11.2, deste edital.

3.3. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta é de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação dos valores unitários, englobando os custos de material e mão de obra, bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n° 4.358/2002;

5.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.3. REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.4. REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.1.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.1.6. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.1.7. A substituição somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.1.8. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

6.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

6.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
b) forem omissas em pontos essenciais;
c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

7.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.4. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

7.6.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.6.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1%, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

7.6.5. Os lances, bem como o julgamento, serão em **VALOR UNITÁRIO**.

8. MODO DE DISPUTA

8.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

8.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.2.2 deste Edital;

9.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

9.1.4. O disposto no item 9.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

9.1.5. Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 3º, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

9.1.6. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

10. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

10.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

11. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1 e 5.2, enviados nos termos do item 3.1, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

11.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

12. RECURSO

12.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

12.2. Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.3. Interposto o recurso, o pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

12.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Requisitos para adjudicação:
a) Após declarado a vencedora do certame e decorrido os prazos recursais, a empresa vencedora deverá apresentar declaração expressa atestando que não possuí em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação, está declaração deverá ser apresentada por e-mail (compras@triunfo.rs.gov.br), devendo o documento original ser encaminhado juntamente com os documentos mencionados no item 14.
b) A administração Municipal fará a conferência da regularidade da empresa e/ou profissionais participantes do processo licitatório, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o poder público, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010.
c) A Administração Municipal fará a conferência da empresa vencedora da licitação junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, da regularidade da empresa,

em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa.

13.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13.3. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

14. DO PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA

14.1. Os itens devem ser entregues no CRAS, localizado na Rua Manoel Olavo da Rosa, 90 –Olaria, Triunfo/RS, durante o horário de expediente, das 08:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho. Os itens deverão estar em perfeitas condições, conforme descrição do termo de referência.

15. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 Os preços ofertados nesta licitação serão para pagamento em até 30 dias após a emissão das notas fiscais, devidamente assinadas pelo Setor competente comprovando a entrega dos materiais nas quantidades determinadas pela Secretaria(s) requisitante(s).

15.2 Para fins de pagamento, a licitante vencedora, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro o banco, n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da licitante vencedora.

15.3 As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

DESPESA	DESCRIÇÃO
5313	MATERIAL DE COPA E COZINHA
5314	APARELHOS E UTENSILIOS DOMÉSTICOS
5315	MOBILIÁRIO EM GERAL
5318	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES
5422	MOBILIÁRIO EM GERAL
5443	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão eletrônico ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de atender aos requisitos de habilitação: multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) deixar de apresentar os originais ou cópias autenticadas da documentação de habilitação para fins de assinatura do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
d) executar o contrato com atraso injustificado, os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 5% sobre o valor atualizado do contrato;
e) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

16.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublica.com.br.

17.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da www.portaldecompraspublica.com.br.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

18.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

18.3. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).

18.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Triunfo/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

18.5. Integra este Edital:

ANEXO I – Termo Referência
ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial
ANEXO III – Modelo Declaração que não emprega menor
ANEXO IV – Declaração de enquadramento para ME, EPP ou Cooperativa.
ANEXO V – Minuta de Contrato de Aquisição

Triunfo, 27 de novembro de 2023.

Daniel Pause da Paixão
Sec. Mun. de Compras, Licitações e Contratos

ANALISE JURIDICA
Analisado os termos do presente Edital de Licitações, APROVO o mesmo, pois conforme com os diplomas legais vigentes.

Assessoria Jurídica

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 288/2023

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO
SECRETARIA MUNICIPAL TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Telefone: (51) 3654-6365

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Aquisição de mobília, eletrodomésticos, utensílios de copa e cozinha e aparelhos para reaparelhamento do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) para qualificar o atendimento do serviço realizado através do Cad Único, SCFV e PAIF objetivando melhor acolhida e atendimento dos usuários.

JUSTIFICATIVA: Tal aquisição visa atender a necessidade de reaparelhamento e reestruturação da parte interna do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), para qualificar o atendimento do serviço priorizando a qualidade do atendimento aos usuários. Em anexo também a Resolução 004/2023 do CMAS que aprova a reprogramação dos recursos provenientes do FNAS e o plano de aplicação de recursos nos termos da Portaria 884/2023 para processo de aquisição dos itens relacionados abaixo.

Descrição dos itens:

Item 1 – 03 Mesas e bancos para refeitório com 08 lugares, composta de 01 mesa e 02 bancos, confeccionada em MDP e friso de PVC nas bordas, com quadro de sustentação do tampo confeccionado em tubo, pés confeccionados com patas regulares, pintura em pó epóxi, mesa com L240XP75XA77cm e bancos L240 XP30 X A47 cm, garantia de 2 meses cobrindo defeitos de fabricação.

Item 2 - Forno de pizza industrial médio gás pedra refratária, modelo refratário médio, com medidas internas de A27cm, L80 Cm e P50 cm, medidas externas: A 22 cm (135 cm com vão), Largura 95,5 cm e P 77 cm, podendo haver pequenas variações nas medidas, tempo médio de preaquecimento 30 minutos, queimadores com sistema de gaveta e aço tubular, com regulador de entrada de ar, garantia de 06 meses.

Item 3 - Paneleiro Duplo 6 portas, medindo 194 cm de altura, 30 cm de profundidade e 80 cm de largura, matéria prima aço, pintura eletrostática a pó interna branca. Prazo de garantia 3 meses contra defeitos de fabricação. Com 6 portas, forma de abertura tipo de bater, puxadores em ABS metalizados.

Item 4 - Balcão para pia 158 cm com 02 portas e 3 gavetas, 62 cm de altura, 158 cm de largura e 56 cm de profundidade, na cor branca, acabamento em MDP, contendo 1 prateleira que suporte até 100 kg.

Item 5 - Pia de cozinha inox para balcão de pia de 158 cm de largura e 56 cm de profundidade, com acabamento pré-polido, devendo ser composta de 1 central cuba + escorredor, com mínimo 0,6mm de espessura.

Item 6 - Geladeira Comercial Polar 4 portas em inox mínimo 995 litros, 220v, ideal para refrigeração e armazenamento de frios, bebidas e laticínios, com ar forçado com placa fria, controle digital, degelo automático, estrutura com três níveis aramados reguláveis, gabinete externo em aço inox escovado e interno em galvanizado.

Item 7 - Batedeira industrial planetária com bojo, com capacidade para 12 litros, devendo acompanhar mínimo 2 batedores, voltagem 220V.

Item 8 - Fogão industrial a gás 6 bocas em aço-carbono sendo 03 queimadores de 600g/h e 03 queimadores 300 g/h, tipo montagem: de pé, profundidade do produto mínima de 824mm. Grelhas removíveis de ferro fundido com 33 x 33 cm e registros industriais com estágios contínuos.

Item 9 - Liquidificador industrial 8 litros em inox, conjunto de mancal/hélice e copo em aço inox e sua tampa em plástico com alta vedação, lâminas em aço inox, voltagem 220 volts.

Item 10 - Fritadeira elétrica inox redonda tacho 5 litros, 220 V, com aro em inox tacho em alumínio, cesto em arame industrial estanhado para fritura com 28 cm de diâmetro e 9 cm de altura, resistência elétrica inox de 2500 Watz com termostato que regula de 50 a 300 graus, tacho em inox de 35 cm de diâmetro e 15 cm de fundura.

Item 11 - Buffet quente 8 cubas, estrutura em inox, voltagem 220v, tampa inox, proteção de vidro, térmico quente, com controle de temperatura por termostato regulável, rodízio de locomoção com freios, estrutura em aço com pintura epóxi de alta qualidade, sistema de aquecimento por banho-maria, composto de 8 cubas, com medidas mínimo de AxLxC de 1475X x 624 x 1575 mm, garantia mínima de 6 meses.

Item 12 - Botijão Térmico aço inox 8 litros – produzido em material de lata qualidade mantendo a bebida quente ou fria por, no mínimo 3 horas, tampa removível, adequado para utilizar direto em máquina de café. Boca larga com interior em alumínio com superfície lisa, facilitando o escoamento do líquido e a higienização da garrafa. Sistema de torneira para facilitar a retirada do líquido com alças reforçadas e base com pé retrátil.

Item 13 - Mesa em L – estação de trabalho com 2 gavetas, comprimento 120 cm, largura 120 cm, profundidade 60 cm, altura 75 cm, produzida em mdp de 15 mm, acabamento em perfil pvc duas abas de 16 mm em volta de todo o tampo, pés em tubo 50X30 com pintura epóxi com 2 colunas, pé de canto tipo tubo com pintura epóxi (com furação para passar fios por dentro do pé), devendo possuir pés niveladores, 02 gavetas.

Item 14 - Cadeira executiva giratória, capacidade de peso de até 130 kg, encosto espaldar alto em madeira compensada de 12 mm e espuma injetada anatômica com 45mm de altura costurada. Base giratória tipo back-system com regulagem de inclinação no encosto e regulagem a gás da altura do assento, braços tipo T retilíneos com regulagem de altura e apoio em PU. Base: aranha em nylon, com rodinhas.

Item 15 - Mesa plástica na cor preta, em polipropileno com medidas de 68 cm x 68 cm, com garantia mínima de 03 meses.

Item 16 - Cadeira plástica preta com capacidade de peso suportado de 180 kg, em material polipropileno, com certificado INMETRO através da norma ABNT 14776 e Portarias 314 e 342 de 22 de junho de 2014.

Item 17 - Aparelho telefone móvel (celular), sensível ao toque, 4G com capacidade de 128GB, com Wi-fi, tela de mínimo 6 polegadas, com câmera traseira + selfie, com carregador e garantia mínima de 12 meses.

Item 18 - Armário multiuso com 02 portas e 5 prateleiras, produzido em MDP BP, material de alta qualidade, com 1,50 de altura, 0,84 cm de largura e 0,34 cm de profundidade na cor branca, acabamento d fita borda em PVC, sistema de montagem parafuso philips minifix, portas tipo de bater.

Item 19 - Conjunto de talheres 30 peças de aço inox, composto de 6 facas de mesa, medindo 23,5x1,9x0,9cm entre 100- 105 gramas, 06 garfos de mesa 30x2,8x2,3 cm, 53 gramas, 06 colheres de mesa 20x4x2,3 cm, 63 gramas, 06 garfos de bolo 14,3x2,1x1,7 cm, 26 gramas e 6 colheres de chá 13,9x3x1,6 cm, 29 gramas, podendo haver mínimas variações nas medidas.

Item 20 - Caixa em polipropileno de 13 litros com trava, incolor com medidas de 45,7x13,8x326 centímetros.

Item 21 - Caçarola capacidade de 20 litros em alumínio nacional com 38 cm de diâmetro.

Item 22 - Assadeira alta em alumínio, retangular, nas mediadas 44 cm de comprimento, 29 cm de largura e 6 cm de altura.

RECURSO FINANCEIRO: Reprogramação de recursos provenientes do FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social) para ações de combate ao COVID nos termos da portaria 884/2023 em anexo juntamente com o Plano de Ação do CMAS. O recurso deverá ser utilizado, IMPRETERIVELMENTE até o dia 31/12/2023.

FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os itens deverão ser entregues no CRAS, localizado na Rua Manoel Olavo da Rosa, 90 – Olaria, Triunfo/RS durante o horário de expediente, das 8:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho. Os itens deverão estar em perfeitas condições, conforme a descrição acima, com material e medidas corretas. Produtos contendo baixa qualidade serão rejeitados pelo contratante.

PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efetuado 30 dias após a emissão da nota fiscal.

Triunfo, 16 de agosto de 2023.

Eleaine Pereira
Secretário Municipal de Assistência Social

Assinado digitalmente por JOSEANI PINHEIRO MACHADO
Papel: Assinante
(CPF 961.560.900-53)
Data: 18/08/2023 09:15:36 -03:00

Assinado digitalmente por ELEAINE PEREIRA
Papel: Assinante
(CPF 617.247.420-00)
Data: 18/08/2023 10:04:58 -03:00

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 288/2023

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Item	Qtd	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	3	un	Mesa e banco para refeitório com 08 lugares, composta de 01 mesa e 02 bancos – Conforme Termo de Referência		
2	2	un	Forno de pizza industrial médio gás pedra refratária, modelo refratário médio – Conforme Termo de Referência		
3	4	un	Paneleiro Duplo 6 portas – Conforme Termo de Referência		
4	2	un	Balcão para pia – Conforme Termo de Referência		
5	2	un	Pia de cozinha inox para balcão de pia – Conforme Termo de Referência		
6	1	un	Geladeira Comercial Polar 4 portas em inox mínimo 995 litros, 220v, – Conforme Termo de Referência		
7	1	un	Batedeira industrial planetária com bojo – Conforme Termo de Referência		
8	2	un	Batedeira industrial planetária com bojo – Conforme Termo de Referência		
9	1	un	Liquidificador industrial 8 litros em inox – Conforme Termo de Referência		
10	1	un	Fritadeira elétrica inox redonda tacho 5 litros, 220 V, – Conforme Termo de Referência		
11	1	un	Fritadeira elétrica inox redonda tacho 5 litros, 220 V, – Conforme Termo de Referência		
12	3	un	Botijão Térmico aço inox 8 litros – Conforme Termo de Referência		
13	10	un	Mesa em L – estação de trabalho com 2 gavetas– Conforme Termo de Referência		
14	10	un	Cadeira executiva giratória – Conforme Termo de Referência		
15	50	un	Mesa plástica na cor preta – Conforme Termo de Referência		

16	200	un	Cadeira plástica preta – Conforme Termo de Referência		
17	5	un	Aparelho telefone móvel (celular), – Conforme Termo de Referência		
18	5	un	Armário multiuso com 02 portas, conforme Termo de Referência		
19	20	un	Conjunto de talheres 30 peças de aço inox – Conforme Termo de Referência		
20	20	un	Caixa em polipropileno de 13 litros com trava – Conforme Termo de Referência		
21	5	un	Caçarola capacidade de 20 litros – Conforme Termo de Referência		
22	10	un	Caçarola capacidade de 20 litros – Conforme Termo de Referência		

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 288/2023

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO EMPREGA MENOR

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 288/2023

....., inscrito no CNPJ nº. ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº. ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art.27 da Lei nº.8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº.9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO IV

AO (À) PREGOEIRO (A)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME, EPP ou COOPERATIVA

(Razão Social da licitante) _____, por meio de seu Responsável Legal e Contador ou Técnico Contábil, declara, sob as penas da lei, que:

a) enquadra-se na situação de _____;
b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123/06;
c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3.º, § 4.º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 202_.

_____
Assinatura do representante legal da empresa

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico contábil da empresa

LEMBRETE: Essa declaração deverá ser entregue ao (a) Pregoeiro (a) fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento.